

Em causa os estragos nos acessos às propriedades

Autarcas de Cantanhede querem regras no carregamento e transporte de madeiras em caminhos vicinais



A Câmara Municipal de Cantanhede e os presidentes de Junta de Freguesia do município vão desenvolver uma ação concertada no sentido de sensibilizarem os empresários do setor florestal a minimizarem o impacto da sua atividade nos caminhos vicinais, adotando para o efeito práticas adequadas para o efeito no abate, carregamento e transportes de madeiras. A iniciativa foi acordada no decurso de uma reunião onde se procedeu à análise de inúmeras situações graves de danificação do piso das vias rurais, o que tem vindo a criar enormes dificuldades a muitos agricultores no acesso às suas propriedades. Este foi um dos temas fortes da agenda do encontro que o presidente da Câmara Municipal, João Moura, a vice-presidente da autarquia, Helena Teodósio, e o vereador Pedro Cardoso mantiveram ontem, 4 de fevereiro, com os presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, ao qual compareceram também o Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal, Hugo Oliveira, o presidente e o comandante dos Bombeiros Voluntários, respetivamente Adérito Machado e Jorge Jesus, bem como o Cabo João Maia, da GNR, e António Oliveira, da OFA-Organização Florestal Atlantis, entidade sedeadada em Cantanhede que representa produtores e empresários do setor de sete municípios da região. Embora reconhecendo unanimemente a importância económica que a produção e venda de madeira tem para muitas famílias, a opinião de todos os participantes foi a de que alguma coisa tem que ser feita para impedir que os camiões e máquinas de grande porte utilizados na atividade madeireira causem estragos tão profundos como aqueles que têm vindo a registar-se um pouco por todo o concelho, especialmente no inverno. A este respeito alguns presidentes de junta não esconderam a sua indignação perante a incompreensível atitude de indiferença de alguns empresários do setor perante os alertas e pedidos que lhes têm sido feitos para que desenvolvam a sua atividade em moldes que não provoquem efeitos tão nefastos no piso dos caminhos vicinais. Outros manifestaram-se veementemente também contra os

frequentes abusos do estacionamento de camiões, máquinas e galeras nos acessos rurais, impedindo os agricultores de acederem aos seus terrenos, com todos os incómodos e prejuízos que tais situações acarretam. Outra situação denunciada diz respeito aos estragos causados pelas manobras de máquinas e camiões nos locais de carregamento da madeira, muitas vezes na via pública e em zona urbana, deixando atrás de si montes de detritos e danos apreciáveis nos pavimentos. Confrontado insistentemente com relatos deste tipo de situações, o executivo camarário cantanhedense mandou os serviços procederem a uma avaliação daquilo que se passa em outros municípios relativamente a tal matéria e o que as informações recolhidas permitem concluir é que, no geral, a situação é idêntica. Uma das soluções equacionadas foi a criação de depósitos onde as empresas possam depositar as madeiras com recurso a máquinas de menor porte, tendo os presidentes de junta manifestado total disponibilidade para participarem nesse processo. Para já, os autarcas de Cantanhede apostam no resultado da ação de sensibilização que vão desenvolver junto dos empresários, mas alertam para a necessidade de ser criada regulamentação que permita evitar os prejuízos que a atividade de extração de madeiras tem causado nos caminhos vicinais e em áreas urbanas. A discussão desse assunto ocorreu precisamente no dia em que a Câmara Municipal formalizou o protocolo de colaboração com as juntas de freguesia, tendo em vista a manutenção e conservação de caminhos vicinais das zonas adjacentes (passeios e valetas espraçadas) da rede viária pública. Nesse sentido, a edilidade cantanhedense está a ultimar os procedimentos para realização de um concurso público para manter o fornecimento continuado de inertes de calcário a usar em intervenções diversas, entre as quais a reparação de caminhos vicinais. O último contrato neste domínio, ao abrigo do qual foram adquiridas cerca de 40.000 toneladas de material, vigora até 31 de março, pelo que, à semelhança do que tem acontecido regularmente, se torna necessário proceder de modo a garantir o aprovisionamento de quantidade idêntica para que o acordo com as juntas de freguesia seja cumprido nos moldes habituais. Assim, a Câmara Municipal irá disponibilizar às juntas de freguesia as matérias-primas segundo o que está definido no protocolo, além de que disponibilizará os meios técnicos e humanos para a execução dos trabalhos, nomeadamente os da brigada de caminhos vicinais/rurais do Departamento de Obras Municipais.